



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639106 - SP (2021/0004679-2)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : RAFAEL DE AZEVEDO
ADVOGADO : RAFAEL DE AZEVEDO - SP436932
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : IRAN RODRIGUES JUNIOR (PRESO)
CORRÉU : ANDRE LUIS RODRIGUES
CORRÉU : DAVID AUGUSTO MONTEIRO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de IRAN RODRIGUES JUNIOR em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Hc n. 2201966-82.2020.8.26.0000)

O paciente foi condenado como incurso no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 às penas de 10 anos de reclusão e de 1.000 dias-multa em regime inicial fechado.

O impetrante sustenta, em síntese, que há excesso de prazo para apreciação da apelação e que não houve a revisão da prisão, nos termos do art. 316, parágrafo único, CPP.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão para responder o processo em liberdade. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ademais, quanto à alegação do excesso de prazo, o Relator do *habeas corpus* na origem informou que "já mandou à mesa [apelação], inclusive já havendo liberação do Revisor apelação que aguarda espaço na pauta em razão da pandemia, visto que a defesa

solicitou a realização da sustentação oral". (e-STJ fl. 51).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente